



11169926



08129.010733/2019-36

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****Nota Técnica n.º 6/2020/DART/CACAt/CGGA/DGA/SENAD/MJ****PROCESSO Nº 08129.010733/2019-36****INTERESSADO: DIRETORIA DE GESTÃO DE ATIVOS****1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se do Despacho nº 29/2020/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (11147490) por meio do qual a Divisão de Licitações remeteu para análise e manifestação recursos interpostos contra a publicação do Rol de Habilitados.

1.2. Informou a área técnica que os recursos apresentados pelo Leiloeiro Cleber da Silva Melo (11084852 e 11084854), embora intempestivos, foram conhecidos, considerando os motivos apresentados na Petição SEI nº 11073333.

2. RELATÓRIO

2.1. A Chefe da Divisão de Licitações relatou o seguinte, *verbis*:

4. Razões de recurso apresentadas:

4.1 Leiloeira Cirlei Freitas Balbino da Silva (10991516): Solicita alteração na área de atuação, vez que o credenciamento foi efetivado para o Estado de Mato Grosso (Itens 9 e 10) e não Mato Grosso do Sul (Itens 1 e 2);

4.2 Leiloeiro Ilto Martins (10991531): Informa que houve equívoco ao selecionar a Leiloeira Cirlei Freitas Balbino da Silva para atuar como leiloeira em MS, pois esta não faz parte do rol dos leiloeiros regularmente inscrito na Junta Comercial do Estado;

4.3 Leiloeira Georgia Castelo (10991546): Informa que o leiloeiro Érico Sobral Soares não consta no quadro dos leiloeiros credenciados no estado do Ceará;

4.4 Leiloeiro Gustavo Correa (10991562): Solicita retificação da publicação para habilitar o leiloeiro apenas para trabalhar com imóveis - Item 02, retirando o mesmo do Item 01;

4.5 Leiloeira Regina Aude Leite de Araújo Silva (10997531): Solicita retificação da publicação para habilitar a leiloeira somente para o Item 02;

4.6 Leiloeiro Cleber da Silva Melo (11073333, 11084852, 11084854): Informa que os leiloeiros Edeylson Peixoto Fidélis e Marco Túlio Montenegro não atenderam às regras de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.

5. Diligências realizadas:

5.1 Junta Comercial do Ceará (10997546): Esclarece que o Leiloeiro Érico Sobral, está devidamente matriculado nesta Autarquia.

6. Contrarrazões de recurso apresentadas:

6.1 Leiloeiro Marco Túlio Montenegro Cavalcanti Dias (11130730): Atesta o cumprimento das exigências editalícias, requerendo a manutenção do resultado da habilitação;

6.2 Leiloeiro Edeylson Peixoto Fidélis (11144044): Atesta o cumprimento das exigências editalícias, requerendo a manutenção do resultado da habilitação.

2.2. Vieram os autos para análise.

3. ANÁLISE

3.1. Os itens **4.1, 4.2, 4.4, e 4.5** cuidam apenas de **erros materiais**, assumidos pelos próprios interessados, pelo que vão **deferidos**.

3.2. O item **4.3** foi solucionado em **diligência** junto à Junta Comercial do Estado do Ceará, visto ter esta informado que o leiloeiro Érico Sobral está devidamente matriculado em seu quadro, nos termos do item **5.1** e doc. (10997546), pelo que **perdeu seu objeto**.

3.3. Já no item **4.6** o Leiloeiro Cleber da Silva Melo teceu considerações acerca das regras de habilitação, tendo alegado que os leiloeiros Edeylson Peixoto Fidélis e Marco Túlio Montenegro as desatenderam, a saber.

3.3.1. No que diz com o recurso face à habilitação do Leiloeiro **Edeylson Peixoto Fidélis** (11084852), o recorrente afirmou ter o candidato desatendido aos itens 5.9.3, 5.10.8 e 5.11.2 do edital de credenciamento de nº 01/2020, visto que a certidão de antecedentes juntada não serve como negativa de antecedentes criminais pois apenas atesta a inexistência de registro de feitos criminais ativos. Aduziu não ter o leiloeiro juntado certidão negativa de tributos federais. A final, afirmou ter o leiloeiro descumprido o requisito de experiência na atividade por três anos, visto que seu registro na Junta Comercial da Paraíba data de 10 de outubro de 2019. Requereu, com base nesses argumentos, a inabilitação de EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS.

3.3.2. Notificado, o interessado respondeu no doc. (11144044), aduzindo que o edital exigiu apenas negativas de antecedentes criminais federal e do estado que comprovem ausência de condenação por crime cuja pena vede o exercício de atividade mercantil, não sendo necessária certidão de órgãos policiais, em que pese poder juntá-las. Alegou não ter juntado certidão da Justiça Estadual da Paraíba por indisponibilidade do sistema judiciário local, a qual comprovou mediante documentos. Do mesmo modo, alegou não ter juntado a certidão negativa tributária federal por indisponibilidade comprovada do sistema, a qual juntou oportunamente, além de alegar ter juntado o certificado SICAF, que permite à Comissão de Licitação consultar as certidões negativas. No que diz com a matrícula na Junta Comercial da Paraíba, alegou ser matriculado como leiloeiro na Junta Comercial do Rio Grande do Norte desde 03 de novembro de 2016, sendo que a IN nº 72/2019 permite a pluralidade de matrículas. Requereu a manutenção de sua habilitação.

3.3.3. Já a respeito do recurso contra a habilitação do leiloeiro **Marco Túlio Montenegro Cavalcanti** (11084854) o recorrente alegou descumprimento do item item 5.9.3 do edital de credenciamento de nº 01/2020, visto não ter apresentado a Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Estadual, já que a certidão emitida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, somente atesta a inexistência de registro de feitos criminais ativos, não servindo como antecedentes criminais, para a qual somente os órgãos policiais poderiam fornecer. Requereu, com base nesses argumentos, a inabilitação de MARCO TÚLIO MONTENEGRO CAVALCANTI DIAS.

3.3.4. Notificado, o interessado respondeu no doc. (11130730) não existir regra que obrigue a expedição de certidão negativa de antecedentes criminais apenas pela Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba, servindo para tanto a certidão negativa do Tribunal de Justiça Paraibano, pois atesta a inexistência de condenação passada em julgado. Requereu a manutenção da sua habilitação.

3.4. A respeito do recurso apresentado em face de **Edeylson Peixoto Fidélis** (11084852), entendo que a insurgência não merece guarida. Senão vejamos: As certidões negativas criminais expedidas pelos tribunais de justiça dos estados são suficientes para atestar a ausência de condenação criminal, visto que no caso de pessoa com condenação criminal ativa, cujos efeitos da condenação ainda perduram, as certidões não são emitidas. A indisponibilidade do sistema judiciário local em expedir a certidão foi documentalmente demonstrada pelo recorrido em suas razões, pelo que se entende que este não pode ser penalizado. A certidão negativa de tributos federais foi juntada tempestivamente, pelo que não há que se falar em prejuízo. Por fim, a matrícula na Junta Comercial do Rio Grande do Norte foi em 03 de novembro de 2016, o que em conjunto com os demais documentos juntados demonstram os três anos de experiência do leiloeiro. O recurso é, portanto, **desprovido**.

3.5. No que diz com o recurso em face da habilitação de **Marco Túlio Montenegro Cavalcanti** (11084854), melhor sorte não assiste ao recorrente, visto que as certidões negativas criminais expedidas pelos tribunais de justiça dos estados são suficientes para atestar a ausência de condenação criminal, visto que no caso de pessoa com condenação criminal ativa, cujos efeitos da condenação ainda perduram, as

certidões não são emitidas. Assim, é suficiente a certidão do Poder Judiciário local juntada. **Desprovido** o recurso.

4. CONCLUSÃO

4.1. Os recursos descritos nos itens **4.1**, **4.2**, **4.4**, e **4.5** do Despacho nº 29/2020/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ (11147490), por se tratar de mero erro material, são **deferidos**. O recurso do item **4.3** **perdeu seu objeto** e os recursos do item **4.6** foram **desprovidos**.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SIMOES LOPES PEIXOTO, Membro da Comissão Especial de Credenciamento**, em 06/03/2020, às 10:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11169926** e o código CRC **A0C93E96**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.